

É preciso que o Governo Federal pare com a destruição das Ferrovias

A privatização das ferrovias no Brasil pode ser classificada como um crime de “lesa pátria”. O maior exemplo é o que vem ocorrendo com a antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), cujo traçado liga Bauru/SP a Corumbá/MS.

Em 2006 assumiu o controle desta malha e também da Ferroban (antiga FEPASA), a América Latina Logística (ALL) e o sucateamento só aumentou. Em dezembro de 2014, o CADE autorizou, a fusão da empresa ALL com a Empresa RUMO, que integra o Grupo Cosan Logística, presidida por Julio Fontana Neto.

Nesta semana a ALL-RUMO iniciou a desativação de 700 quilômetros de malha ferroviária no Estado de Mato Grosso do Sul, entre as cidades de Três Lagoas e Agente Inocência, alegando ser o trecho antieconômico, por falta de cargas, o que implicou na demissão de 100 ferroviários, e outras virão se não lutarmos para parar este desmonte.

A ALL já havia desativado outro trecho de 303 quilômetros, entre Campo Grande e Ponta Porã/MS, o que agora chega a mais de mil quilômetros de malha ferroviária desativada, destruindo toda a infraestrutura de transporte ferroviário no Estado.

Esta medida adotada pela COSAN/LOGÍSTICA é a demonstração que as privatizações efetuadas no governo de Fernando Henrique e mantidas pelos governos posteriores (Lula e Dilma), aprofundaram o gargalo logístico, aumentaram a dependência do modal rodoviário que também está em crise, contribuiu para a destruição do patrimônio público, e ampliaram a irracionalidade da matriz de transporte, empurrando os custos para todos os brasileiros.

A imprensa anuncia aos quatro ventos que o Governo Dilma recebe Li Keqiang, o premiê chinês, na terça-feira (19). O objetivo central é garantir a participação chinesa na chamada Ferrovia Transoceânica, que ligará a



brasileira Ferrovia Norte-Sul à costa do Pacífico, no Peru. É um projeto de custo estimado entre US\$ 10 bilhões (R\$ 30 bilhões).

A Ferrovia que está sendo desativada pela COSAN/LOGISTICA sem que o Governo Federal mova uma palha para barrar este crime, poderia se constituir no corredor bioceânico ligando Santos a Africa. A Novoeste encontra a Ferrovia Boliviana em Corumbá, na fronteira Brasil-Bolívia, e para em Santa Cruz de La Sierra, no sopé da Cordilheira dos Andes. Começa de novo do outro lado, em Aiquile. Entre as duas cidades, pelo traçado antigo, sem túneis, faltam construir 511 km.

Ao mesmo tempo em que permite a destruição e desativação de uma malha ferroviária pronta, o Governo Federal anuncia bilhões de dólares numa parceria publico privada para construir outra ferrovia, o que com certeza abriu sorrisos largos nos grandes empreiteiros do país, e grandes financiadores de campanhas eleitorais.

Todas as medidas serão adotadas pelo Sindicato para barrar este processo de desmonte, e mais, ampliaremos a campanha pela reestatização desta malha ferroviária, única forma de garantir que o transporte ferroviário possa atender todas as demandas de uma vasta região produtiva, gerando emprego, desenvolvimento e reduzindo custos.

Que os ricos paguem pela crise

Parar o Brasil dia 29!

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira (13) o texto principal da Medida Provisória (MP) 664/14, que muda as regras e restringe o acesso à pensão por morte e auxílio-doença. O placar ficou em 277 parlamentares favoráveis e 178 contra e as emendas seguem em discussão. Esta (MP) representa a retirada de direitos, da mesma forma que a MP 665, aprovada na semana anterior na mesma Câmara, e



restringe o acesso a conquistas como o seguro-desemprego.

Estas (MPs) do Governo Dilma que integram o ajuste fiscal, assim como o PL 4330 que legaliza as terceirizações de forma ilimitada precisam ser derrotados. O governo não pode jogar a crise nas costas dos trabalhadores, por isso no dia 29 de maio os ferroviários devem cruzar os braços, engrossar a greve geral para:



- Derrotar as MPs 664 e 665, exigindo sua retirada por Dilma.
- Derrotar o projeto de terceirização, PL 4330, exigindo seu veto por Dilma.
- Reestatização imediata da Ferrovia Novoeste, fora ALL-RUMO.
 - Readmissão imediata de todos os ferroviários demitidos.
- Estabilidade no emprego, reajuste automático mensal de salários de acordo com a inflação.
 - Não pagamento da dívida Interna e Externa.
- Petrobras 100% estatal com volta do monopólio estatal do petróleo.
 - Estatização do setor financeiro.
- Serviço Público, Gratuito e Para Todos: Transporte, Saúde e Educação.
- Exigência do fim imediato de toda a repressão federal e estadual contra os movimentos sociais.